

**SUMÁRIO**

APRESENTAÇÃO .....	07	2. Designação controvertida .....	66
ABREVIATURAS .....	29	3. Conceito de empresário .....	66
<b>INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO DE EMPRESA</b>		4. Quem não é empresário .....	68
I. Noções gerais .....	31	5. A atividade intelectual como elemento de empresa .....	68
II. Método de estudo .....	34	Art. 967	
III. Formação histórica .....	36	6. A inscrição do empresário .....	71
IV. Período anterior ao direito ro- mano .....	37	7. Natureza da inscrição .....	72
V. Direito romano .....	38	8. Distinção de figuras afins .....	73
VI. Queda do Império Romano do Ocidente .....	40	9. Ausência de inscrição .....	73
VII. Feudalismo e burguesia .....	40	Art. 968	
VIII. O papel das corporações na for- mação do direito comercial .....	41	10. Conteúdo da inscrição .....	74
IX. O <i>jus mercatorum</i> e as primeiras compilações .....	42	11. Termo no livro próprio .....	74
X. Formação dos Estados Modernos	42	12. Averbacões à margem da inscrição	75
XI. Revolução francesa .....	43	Art. 969	
XII. Direito dos atos de comércio ...	44	13. Abertura de novos estabelecimen- tos do empresário .....	75
XIII. A revolução industrial e os atos em série .....	45	14. O registro da criação e da extinção de filial .....	76
XIV. O direito comercial como direi- to de empresa .....	47	Art. 970	
XV. Síntese conclusiva .....	48	15. Dispositivo inútil .....	77
XVI. O direito comercial no Brasil ...	51	16. Origem da previsão legal .....	77
XVII. O Código Comercial e o Regula- mento 737 .....	52	17. Obrigatoriedade de inscrição do pequeno empresário .....	78
XVIII. Leis posteriores .....	55	18. Quem é pequeno empresário .....	78
XIX. As Constituições brasileiras .....	59	Art. 971	
XX. Âmbito do direito comercial bra- sileiro .....	60	19. Significado de empresário rural ...	80
<b>LIVRO II DO DIREITO DE EMPRESA</b>		20. Conveniências e inconveniências da inscrição .....	81
<b>TÍTULO I DO EMPRESÁRIO</b>		21. Natureza da inscrição .....	82
<b>Capítulo I DA CARACTERIZAÇÃO E DA INSCRIÇÃO</b>		<b>Capítulo II DA CAPACIDADE</b>	
Art. 966		Art. 972	
I. O conteúdo do Livro II da Parte Es- pecial .....	65	22. Capacidade para o exercício de empresa .....	83



69. Efeitos da personificação .....	126
70. A desconsideração da personalidade jurídica .....	127

### Subtítulo I

## DA SOCIEDADE NÃO PERSONIFICADA

### Capítulo I

#### DA SOCIEDADE EM COMUM

Art. 986	
71. A sociedade como ente capaz de direitos e de obrigações .....	132
72. A sociedade em comum .....	132
73. Exclusão do regime jurídico da sociedade em comum .....	134
Art. 987	
74. Prova escrita de existência da sociedade .....	135
75. A sociedade de fato entre casais ou conviventes .....	137
Art. 988	
76. Formação de patrimônio próprio .	137
77. Titularidade do patrimônio social	138
Art. 989	
78. Proteção aos credores sociais .....	138
79. Credor de sócio .....	139
Art. 990	
80. Responsabilidade dos sócios pelas obrigações sociais .....	140
81. Responsabilidade dos sócios na sociedade em comum .....	140

### Capítulo II

#### DA SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO

Art. 991	
82. Conceito da sociedade em conta de participação .....	142
83. Características .....	143
84. Natureza jurídica .....	144

85. Distinção de figuras próximas .....	145
86. Classificação .....	146
87. Utilidade e atualidade da sociedade em conta de participação .....	147

#### Art. 992

88. Informalidade na constituição .....	148
89. O interesse na prova de existência da sociedade .....	148

#### Art. 993

90. Inocuidade do registro da sociedade em conta de participação .....	149
91. Relações entre sócios .....	150
92. O sócio ostensivo como administrador da sociedade .....	151
93. Relações com terceiros .....	151

#### Art. 994

94. Patrimônio especial da sociedade em conta de participação e efeitos ..	152
95. Falência do sócio ostensivo .....	153
96. Falência do sócio oculto ou participante .....	153

#### Art. 995

97. Ingresso de novo sócio .....	154
----------------------------------	-----

#### Art. 996

98. Normas aplicáveis à sociedade em conta de participação .....	155
99. Dissolução e liquidação .....	156
100. Direito à prestação de contas e normas aplicáveis .....	156
101. Prestação de contas de dois ou mais sócios ostensivos .....	157

### Subtítulo II

## DA SOCIEDADE PERSONIFICADA

### Capítulo I

#### DA SOCIEDADE SIMPLES

### Seção I

#### Do contrato social

Art. 997	
102. Considerações gerais .....	158

103. Referência histórica .....	159	Art. 1.002	
104. Conteúdo do contrato social .....	159	128. As funções do sócio na sociedade simples .....	176
105. Nome e a qualificação das partes .....	159	129. Aplicação restrita ao sócio de indústria .....	177
106. Nome da sociedade .....	160	Art. 1.003	
107. Objeto social .....	160	130. Transferência de quotas na sociedade simples .....	178
108. Sede social .....	161	131. Responsabilidade do cedente pelas dívidas sociais .....	179
109. Prazo de duração .....	161	Art. 1.004	
110. Capital social .....	161	132. A obrigação primordial dos sócios .....	180
111. Contribuições dos sócios e quotas de participação .....	162	133. Inadimplemento da prestação ....	180
112. Administração da sociedade .....	164	134. Exclusão do sócio remisso .....	182
113. Participação dos sócios nos lucros e nas perdas .....	164	135. Redução da participação societária .....	183
114. Responsabilidade dos sócios em relação às dívidas sociais .....	165	Art. 1.005	
115. Demais cláusulas estipuladas pelas partes .....	165	136. Efetividade do valor econômico da contribuição do sócio .....	183
116. Eficácia das disposições contratuais em relação a terceiros .....	166	137. Responsabilidade pela evicção ...	183
Art. 998		138. Responsabilidade pela solvência do devedor .....	184
117. Formalidades complementares à constituição .....	167	Art. 1.006	
118. Prazo para a inscrição .....	167	139. Limitação à atuação do sócio de trabalho ou indústria .....	185
119. Procedimento a observar para a inscrição .....	167	140. Conseqüências da violação da proibição .....	185
Art. 999		Art. 1.007	
120. Alteração do contrato social da sociedade simples .....	168	141. A divisão dos resultados da atividade social .....	187
121. Atenuantes ao rigorismo legal ....	170	142. Participação do sócio de indústria nos resultados .....	188
122. Deliberações por maioria .....	171	Art. 1.008	
123. Modificação do contrato social e inscrição .....	171	143. Participação nos lucros e nas perdas .....	189
Art. 1.000		Art. 1.009	
124. Filial ou sucursal de sociedade simples .....	172	144. Distribuição de lucros aos sócios ..	190
125. Obrigatoriedade de registro .....	172	145. Lucros ilícitos ou fictícios .....	191
		146. Responsabilidade solidária dos agentes .....	191
<b>Seção II</b>			
<b>Dos direitos e obrigações dos sócios</b>			
Art. 1.001			
126. Os direitos dos sócios .....	173		
127. As obrigações dos sócios .....	175		

147. Reposição de dividendos havidos de má-fé .....	192	168. Responsabilidade solidária .....	211
<b>Seção III</b>		Art. 1.017	
<b>Da administração</b>		169. Utilização indevida de recursos e bens da sociedade .....	
Art. 1.010			211
148. Modo de agir da sociedade .....	193	170. Conflito de interesses entre administrador e sociedade .....	212
149. Natureza dos vínculos entre sociedade, sócio e administrador .....	193	171. Não aplicação das sanções .....	213
150. As deliberações sociais .....	196	Art. 1.018	
151. A formação da vontade social .....	197	172. Proibição de delegação da administração .....	213
Art. 1.011		173. Mandatários da sociedade .....	214
152. Parâmetros de conduta do administrador .....	198	Art. 1.019	
153. Impedimentos .....	199	174. Antecedentes da norma .....	215
154. Normas sobre o mandato .....	200	175. Sócio investido na administração pelo contrato social .....	216
Art. 1.012		176. Sócio designado administrador por ato separado .....	217
155. Formas de designação de administrador .....	201	177. Não sócio designado administrador	217
156. Administrador com prazo certo de gestão .....	201	Art. 1.020	
157. Averbação do ato separado e efeitos .....	202	178. Obrigação de prestação de contas .	218
Art. 1.013		179. Obrigação de elaboração do inventário e dos balanços .....	219
158. Omissão contratual quanto ao administrador .....	202	Art. 1.021	
159. Controle da atuação individual do administrador .....	203	180. Direito de fiscalização .....	220
Art. 1.014		181. Modo de exercer a fiscalização ...	221
160. Exercício conjunto da administração .....	204	182. Escrituração e livros .....	221
161. Efeitos da restrição .....	204	<b>Seção IV</b>	
Art. 1.015		<b>Das relações com terceiros</b>	
162. Poderes dos administradores .....	205	Art. 1.022	
163. Restrições quanto a imóveis .....	206	183. A sociedade em suas relações com terceiros .....	222
164. Excesso e abuso de poder .....	207	184. Representação judicial .....	223
165. O critério adotado pelo Código Civil .....	208	Art. 1.023	
166. Hipóteses de não aplicação da regra	209	185. A responsabilidade subsidiária dos sócios na sociedade simples .	224
Art. 1.016		186. Responsabilidade ilimitada e proporcional .....	225
167. Responsabilidade pessoal dos administradores .....	210	187. Responsabilidade solidária .....	226

Art. 1.024		206. Opção de dissolução pela morte de um sócio .....	240
188. Obrigação pessoal de garantia com benefício de ordem .....	226	Art. 1.029	
189. A questão da insuficiência de bens .....	227	207. Direito de retirada .....	240
Art. 1.025		208. Retirada e renúncia .....	241
190. Responsabilidade do novo sócio (sócio ingressante) .....	227	209. Hipóteses legais do direito de retirada .....	242
191. Modos de ingresso e responsabilidades dos envolvidos na operação ..	228	210. Fundamentos e natureza do direito de retirada .....	242
192. Cláusula excludente de responsabilidade .....	229	211. Situações a considerar no exercício do direito de retirada .....	243
Art. 1.026		212. Momento da retirada .....	244
193. O patrimônio do sócio e o patrimônio social .....	229	213. Previsão contratual sobre o modo de proceder para a retirada .....	244
194. Dificuldades para a concretização do direito .....	231	214. Dissolução da sociedade .....	245
195. Sentido a ser dado à regra .....	232	Art. 1.030	
196. A liquidação da participação societária .....	233	215. Exclusão de sócio .....	246
197. Efeitos da liquidação .....	234	216. Hipóteses legais e contratuais de exclusão .....	247
198. A obrigação de depositar e seu inadimplemento .....	234	217. Procedimento a adotar na exclusão .....	248
199. Sócio prestador de serviços .....	235	218. Momento da exclusão .....	249
Art. 1.027		219. Titularidade do direito de exclusão .....	250
200. Intransmissibilidade da qualidade de sócio por fatores externos .....	235	Art. 1.031	
201. Direitos dos herdeiros do cônjuge do sócio à sua quota social .....	236	220. Liquidação de quota .....	251
202. Direitos do ex-cônjuge do sócio à sua quota social .....	236	221. Apuração de haveres .....	252
<b>Seção V</b>			
<b>Da resolução da sociedade em relação a um sócio</b>			
Art. 1.028		222. Compreensão do critério legal ..	253
203. Rompimento do vínculo societário em relação a um ou mais sócios ..	237	223. Cláusula contratual restritiva .....	254
204. Liquidação da quota do sócio falecido .....	239	224. Liquidação judicial da quota .....	254
205. Continuidade da sociedade com os sucessores .....	239	225. A questão da apuração do valor do fundo de comércio .....	255
		226. Reflexo da liquidação da quota no capital social .....	256
		227. Forma e prazo para pagamento da quota liquidada .....	256
		Art. 1.032	
		228. A responsabilidade subsidiária do sócio retirante ou excluído .....	257
		229. Responsabilidade em caso de falecimento de sócio .....	258
		230. Extensão da responsabilidade ..	258

## Seção VI

### Da dissolução

Art. 1.033	
231. Conceito de dissolução .....	259
232. Dissolução parcial .....	260
233. Causas de dissolução .....	261
234. Término do prazo de duração .....	262
235. Deliberação dos sócios .....	262
236. Falta de pluralidade de sócios .....	263
237. Extinção da autorização para funcionar .....	265
Art. 1.034	
238. Anulação ou nulidade do ato de constituição .....	265
239. Exaurimento do fim social. ....	266
240. Inexequibilidade do fim social ...	267
241. Falência, insolvência civil e liquidação extrajudicial .....	267
Art. 1.035	
242. Causas de dissolução contratuais .	269
243. Causas de dissolução que podem ser avençadas .....	269
Art. 1.036	
244. Atividade social após a dissolução	270
245. Liquidação judicial direta .....	271
Art. 1.037	
246. Legitimação extraordinária do Ministério Público .....	272
247. Nomeação de interventor .....	272
248. Continuação da sociedade .....	272
Art. 1.038	
249. Critérios de escolha do liquidante	273
250. Destituição do liquidante .....	274
251. Modo de proceder na liquidação	274

## Capítulo II

### DA SOCIEDADE EM NOME COLETIVO

Art. 1.039	
252. Referência histórica .....	275

253. Conceito e características .....	276
254. Cláusula limitativa da responsabilidade dos sócios .....	277
Art. 1.040	
255. Aplicação subsidiária das normas da sociedade simples .....	278
256. Sociedade empresária de capital e indústria .....	279
Art. 1.041	
257. Conteúdo do contrato social .....	280
258. A firma ou razão social .....	280
Art. 1.042	
259. Administração da sociedade em nome coletivo .....	281
260. Uso da firma social .....	281
Art. 1.043	
261. Constrição judicial dos direitos do sócio por credor particular .....	282
262. Alcance do dispositivo: sociedade com prazo determinado .....	282
263. Dificuldades para a exação do crédito .....	283
264. Hipóteses em que é permitida a liquidação da quota .....	283
Art. 1.044	
265. Causas de dissolução da sociedade em nome coletivo .....	284

## Capítulo III

### DA SOCIEDADE EM COMANDITA SIMPLES

Art. 1.045	
266. Referência histórica .....	285
267. Conceito e características .....	286
268. Discriminação da qualidade dos sócios no contrato social .....	286
Art. 1.046	
269. Aplicação das disposições sobre a sociedade em nome coletivo .....	287
270. Sócio de indústria na comandita simples .....	288



Art. 1.058		333. Incapacidade superveniente .....	337
311. Sócio remisso .....	321	334. Destituição .....	337
312. Caracterização da mora .....	322	335. Término do prazo de gestão .....	338
313. Execução da obrigação .....	322	336. Renúncia .....	338
314. Exclusão do sócio remisso .....	322	Art. 1.064	
315. Redução da quota do sócio remisso	324	337. A firma ou denominação social ..	338
Art. 1.059		338. Poderes de gestão .....	339
316. Medida de preservação do patri- mônio social .....	324	339. Excesso e abuso de poder .....	340
317. Lucros e quantias .....	325	340. Delegação de gerência .....	340
<b>Seção III</b>		Art. 1.065	
<b>Da administração</b>		341. Contas de encerramento do exer- cício social .....	341
Art. 1.060		342. Apresentação de contas em perío- do inferior ao do exercício social ..	342
318. A administração da sociedade li- mitada .....	326	<b>Seção IV</b>	
319. Designação de administrador por ato separado .....	327	<b>Do conselho fiscal</b>	
320. Impedimentos ao exercício da administração .....	327	Art. 1.066	
321. Administração da limitada por pessoa jurídica .....	328	343. O direito de fiscalização dos sócios	342
322. Intransmissibilidade da qualidade de administrador a novo sócio ....	329	344. O conselho fiscal nas sociedades limitadas .....	343
323. Responsabilidade do adminis- trador .....	329	345. Sem prejuízo dos poderes da as- sembléia dos sócios .....	344
324. Responsabilidade do administrador por débitos fiscais ou trabalhistas .	330	346. Número e qualificação dos mem- bros do conselho fiscal .....	344
325. A ação de responsabilidade civil .	331	Art. 1.067	
Art. 1.061		347. Investidura dos membros e su- plentes do conselho fiscal .....	346
326. Administrador não sócio .....	332	348. Invalidação da eleição .....	346
327. Deliberação unânime e maioria qualificada .....	333	349. Prazo e cessação do período de gestão dos conselheiros .....	347
Art. 1.062		350. Críticas à criação do órgão .....	347
328. Investidura no cargo .....	334	Art. 1.068	
329. Prazo para a assunção do cargo ..	334	351. Remuneração dos membros do conselho fiscal .....	348
330. Garantia de gestão .....	335	Art. 1.069	
331. Publicidade .....	335	352. Atribuições do conselho fiscal ....	350
Art. 1.063		Art. 1.070	
332. Vacância do cargo de adminis- trador .....	336	353. Proibição à constituição de outro órgão para a fiscalização .....	351

354. Responsabilidade dos membros e suplentes do conselho fiscal .....	352
355. Auxiliares do conselho fiscal .....	352

### Seção V

#### Das deliberações dos sócios

##### Art. 1.071

356. Deliberações sociais .....	353
357. Atos que dependem de deliberação dos sócios .....	354
358. A enumeração legal .....	355

##### Art. 1.072

359. Órgão colegiado de deliberação dos sócios .....	357
360. Distinção entre reunião e assembléia de sócios .....	358
361. Deliberações que dispensam assembléia ou reunião .....	359
362. Efeitos das deliberações .....	360

##### Art. 1.073

363. Legitimidade para a convocação da reunião ou da assembléia .....	361
364. Forma e conteúdo da convocação .....	362

##### Art. 1.074

365. Quórum para a instalação da assembléia .....	362
366. Livro ou lista de presença .....	363
367. Representação de sócio na assembléia .....	364
368. Restrição ao direito de voto .....	365

##### Art. 1.075

369. Ritual dos trabalhos .....	365
---------------------------------	-----

##### Art. 1.076

370. As maiorias nas deliberações sociais .....	366
371. A maioria de três quartos para alterar o contrato social .....	368
372. Maioria absoluta .....	369
373. Maioria simples e outras maiorias .....	370

374. Temas que não podem ser objeto de deliberação por maioria .....	370
--	-----

##### Art. 1.077

375. Direito de retirada .....	371
376. Retirada e renúncia .....	371
377. Fundamento do direito de retirada .....	372
378. A questão do fundamento constitucional .....	373
379. O direito de retirada e a preservação da empresa .....	374
380. Prazo para o exercício do direito de retirada .....	375
381. Pressupostos para a aquisição do direito de retirada .....	376
382. Liquidação da quota .....	376

##### Art. 1.078

383. Assembléia ou reunião anual de sócios .....	377
384. Assuntos a deliberar .....	377
385. Envio de documentos com antecedência aos sócios .....	378
386. Procedimento a seguir .....	379
387. Efeitos da aprovação das contas .....	380

##### Art. 1.079

388. Normas disciplinadoras das reuniões de sócios .....	381
--	-----

##### Art. 1.080

389. Deliberações ilegais .....	382
390. Efeitos das deliberações ilegais .....	382

### Seção VI

#### Do aumento e da redução do capital

##### Art. 1.081

391. Modificação do capital social .....	383
392. Aumento de capital .....	384
393. Direito de preferência .....	385
394. Procedimento para o aumento de capital .....	386
395. Outras modalidades de aumento de capital .....	387

Art. 1.082	
396. Redução voluntária do capital social.....	388
397. Redução legal ou obrigatória .....	389
Art. 1.083	
398. Redução do valor nominal da quota.....	390
399. Averbação e efeitos .....	390
Art. 1.084	
400. Redução do capital social por excesso .....	391
401. Publicação da deliberação de redução do capital social.....	392
402. Direito de impugnação do credor .	392

### Seção VII

#### Da resolução da sociedade em relação a sócios minoritários

Art. 1.085	
403. Resolução da sociedade em relação a sócio .....	393
404. Previsão contratual.....	394
405. Justa causa .....	395
406. Deliberação por maioria absoluta.....	395
407. Procedimento .....	396
408. Exclusão de sócio majoritário ....	397
409. Momento da exclusão e titularidade do direito .....	398
410. Demais hipóteses de exclusão ....	399
Art. 1.086	
411. Efeitos da exclusão .....	400
412. Liquidação da quota do sócio .....	400
413. Responsabilidade do excluído por obrigações pendentes .....	401

### Seção VIII

#### Da dissolução

Art. 1.087	
414. A polêmica quanto à lei aplicável .	402
415. Dissolução parcial .....	403

416. Causas de dissolução .....	403
417. Dissolução por deliberação dos sócios .....	404
418. Legitimação ativa e passiva .....	404

### Capítulo V

#### DA SOCIEDADE ANÔNIMA

#### Seção Única

#### Da caracterização

Art. 1.088	
419. Identificação do tipo societário ..	407
420. Demais características .....	407
421. Espécies de sociedades anônimas .	407
Art. 1.089	
422. Tratamento da matéria .....	410
423. Matéria abrangida pela Lei das Sociedades por Ações .....	410
424. Disposições da Lei das S. A. aplicáveis às sociedades em geral .....	411
425. Disposições do Código Civil aplicáveis às companhias .....	412

### Capítulo VI

#### DA SOCIEDADE EM COMANDITA POR AÇÕES

Art. 1.090	
426. A importância das sociedades em comandita por ações .....	413
427. Lei supletiva aplicável .....	414
428. Identificação da sociedade e características .....	415
429. Capital dividido em ações .....	415
430. Nome empresarial .....	415
Art. 1.091	
431. A administração por acionista ....	416
432. Investidura e tempo de gestão ....	417
433. Órgãos de administração .....	417
434. Acionista controlador .....	418

Art. 1.092	
435. Poder de veto do comanditado ...	418

436. Outras deliberações .....	419
--------------------------------	-----

### Capítulo VII

#### DA SOCIEDADE COOPERATIVA

##### Art. 1.093

437. Generalidades sobre a sociedade cooperativa .....	420
438. Regime jurídico .....	420
439. Conceito e natureza da sociedade cooperativa .....	421
440. Classificação das cooperativas ...	423

##### Art. 1.094

441. Características da sociedade cooperativa .....	424
442. Capital social .....	425
443. Número de cooperados e quotas-partes .....	425
444. Critério de deliberação .....	426
445. Remuneração do capital e distribuição dos resultados .....	426
446. Fundos de reserva e sobras patrimoniais .....	426

##### Art. 1.095

447. Responsabilidade dos sócios .....	427
448. A responsabilidade em caso de desligamento de sócio .....	428
449. Responsabilidade dos dirigentes ..	428

##### Art. 1.096

450. Normas específicas .....	429
451. Constituição da sociedade cooperativa .....	429
452. Órgãos sociais .....	430
453. Dissolução e liquidação .....	430
454. Transformação, fusão, incorporação e desmembramento .....	431
455. Liquidação extrajudicial .....	432

### Capítulo VIII

#### DAS SOCIEDADES COLIGADAS

##### Art. 1.097

456. A concentração empresarial e a livre concorrência .....	433
--	-----

457. Formas de concentração .....	434
458. O fenômeno da coligação no Código Civil de 2002 .....	435
459. Outras espécies de coligação .....	436
460. Ajustes de subordinação e de coordenação .....	436
461. Grupo de sociedades .....	437
462. Consórcio .....	439

##### Art. 1.098

463. Sociedades controladoras e controladas .....	441
464. Outras formas de controle .....	442
465. Subsidiária integral .....	443
466. Regime jurídico peculiar .....	443

##### Art. 1.099

467. A coligação em sentido estrito ....	444
468. Regime jurídico da coligação .....	445

##### Art. 1.100

469. Participação reduzida .....	446
470. Regime jurídico .....	447

##### Art. 1.101

471. A questão da participação recíproca no regime anterior .....	447
472. A participação recíproca no Código Civil .....	449
473. Verificação da limitação e consequência de sua não observância ..	450

### Capítulo IX

#### DA LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

##### Art. 1.102

474. A liquidação da sociedade .....	451
475. Conceito e distinções .....	452
476. Termo inicial da liquidação .....	454
477. O liquidante .....	454
478. A investidura do liquidante .....	455
479. A remuneração do liquidante .....	455

##### Art. 1.103

480. Os deveres do liquidante .....	457
-------------------------------------	-----

481. Identificação da sociedade em liquidação .....	459	502. Procedimento a seguir na liquidação .....	477
Art. 1.104		Art. 1.112	
482. Obrigações e responsabilidade do liquidante .....	459	503. Reuniões e assembléias no curso da liquidação judicial .....	479
Art. 1.105		504. Juntada de cópia autêntica das atas ao processo judicial .....	480
483. Os poderes do liquidante .....	461		
484. Limites da atuação do liquidante .....	462	<b>Capítulo X</b>	
485. Abuso e excesso de poder do liquidante .....	462	<b>DA TRANSFORMAÇÃO, DA INCORPORAÇÃO, DA FUSÃO E DA CISÃO DAS SOCIEDADES</b>	
Art. 1.106		Art. 1.113	
486. Ordem de pagamento das dívidas sociais .....	463	505. Conceito de transformação .....	481
487. Créditos preferenciais .....	464	506. Natureza da transformação .....	482
Art. 1.107		507. Situações em que não há transformação .....	483
488. Possibilidade de recebimento antecipado do acervo social .....	465	508. Restrições à transformação .....	483
489. Rateio antecipado com bens <i>in natura</i> .....	466	509. Regras a observar na transformação .....	484
490. Cessação do estado de liquidação .....	467	510. Efeitos quanto à inscrição .....	485
Art. 1.108		Art. 1.114	
491. Pagamento do passivo .....	467	511. Quórum para aprovação da transformação .....	485
492. Partilha do remanescente .....	469	512. Direito de retirada .....	487
493. Assembléia geral dos sócios .....	470	Art. 1.115	
494. Prestação de contas .....	470	513. Efeitos quanto aos credores sociais .....	489
Art. 1.109		514. Falência ou insolvência da sociedade .....	490
495. Encerramento da liquidação e extinção da sociedade .....	471	Art. 1.116	
496. Sócio dissidente .....	472	515. A concentração empresarial com junção de patrimônio e sujeitos de direitos .....	491
Art. 1.110		516. Breve referência histórica .....	492
497. Direito do credor insatisfeito após o encerramento da liquidação ....	473	517. Conceito de incorporação .....	492
498. Prazo prescricional para a reclamação dos credores .....	474	518. Natureza da incorporação .....	493
Art. 1.111		519. Incorporação e fusão .....	493
499. Liquidação judicial .....	475	520. Incorporação e cisão .....	495
500. Liquidação judicial sem prévia sentença de dissolução .....	475	521. Incorporação e firma individual .....	496
501. O processo judicial .....	476	522. Incorporação de ações .....	496

523. Regras a observar na deliberação sobre a incorporação .....	496
524. Incorporação em caso de coligação e controle .....	497
525. Incorporação de sociedade em liquidação .....	498
Art. 1.117	
526. As bases da operação e o projeto do ato constitutivo .....	498
527. Avaliação do patrimônio da sociedade a ser incorporada .....	500
528. Procedimento a ser adotado pela sociedade incorporada .....	501
529. Confronto entre patrimônio e capital .....	502
Art. 1.118	
530. Conclusão da operação de incorporação .....	503
531. Publicação dos atos de incorporação .....	503
Art. 1.119	
532. Conceito de fusão .....	504
533. Natureza da fusão .....	505
534. Efeitos .....	505
Art. 1.120	
535. Quórum e outros pressupostos para a aprovação da fusão .....	506
536. Aprovação da fusão em ato único .....	507
537. Procedimento a seguir na fusão quando não há unanimidade .....	508
Art. 1.121	
538. Atos complementares à fusão .....	509
539. Publicação dos atos de fusão .....	509
Art. 1.122	
540. Proteção aos credores .....	510
541. Prazo de decadência .....	511
542. Consignação em pagamento e depósito em garantia .....	512
543. Falência subsequente à incorporação, fusão ou cisão .....	512
544. A questão dos credores na cisão .....	513

## Capítulo XI

### DA SOCIEDADE DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO

#### Seção I

##### Disposições gerais

Art. 1.123	
545. Antecedentes .....	515
546. Regime atual .....	516
547. Fundamento e competência para a outorga da autorização .....	517
548. Sociedades que dependem de autorização .....	517
Art. 1.124	
549. Prazo para o início das atividades após a autorização .....	518
550. Caducidade .....	519
Art. 1.125	
551. A revogação da autorização .....	519
552. Efeitos da cassação .....	520
553. Revisão judicial do ato de cassação .....	521

#### Seção II

##### Da sociedade nacional

Art. 1.126	
554. A nacionalidade das pessoas jurídicas de direito privado .....	521
555. Caracterização da empresa nacional .....	525
556. Sociedade nacional sob controle brasileiro .....	525
557. Comprovação da nacionalidade dos sócios ou acionistas .....	526
558. Sociedades transnacionais ou multinacionais .....	526
Art. 1.127	
559. Mudança de nacionalidade .....	527
560. Conteúdo da deliberação .....	528
561. Inexigibilidade de anuência de terceiros .....	528

Art. 1.128	
562. Requerimento de autorização .....	529
563. Constituição por escritura pública .	530
Art. 1.129	
564. Cumprimento de exigências ad- ministrativas .....	530
565. Modo de suprimento .....	531
566. Autorização a título precário .....	531
Art. 1.130	
567. Recusa de autorização .....	532
568. Conseqüências da recusa .....	532
Art. 1.131	
569. Decreto de autorização e publi- cação .....	533
570. Arquivamento e início das ativi- dades .....	533
571. Responsabilidade do Estado pela autorização expedida .....	534
Art. 1.132	
572. Autorização para constituição de sociedade anônima .....	534
573. Requerimento de autorização e formalidades complementares ...	535
Art. 1.133	
574. Alterações contratuais ou estatu- tárias .....	536
575. Outras alterações estatutárias ....	536

### Seção III

#### Da sociedade estrangeira

Art. 1.134	
576. Sociedade estrangeira .....	537
577. Autorização para funcionamento .	538
578. Empresário individual .....	539
579. Sociedade empresária e não em- presária .....	539
580. Documentos para a obtenção da autorização para o funciona- mento .....	540

581. Autenticação .....	541
582. Sociedade estrangeira sócia de so- ciedade nacional .....	541
Art. 1.135	
583. Natureza do ato concessivo da autorização .....	542
584. Decreto de autorização .....	543
585. Atos subseqüentes à autorização .	543
Art. 1.136	
586. Início das atividades da sociedade estrangeira no Brasil .....	544
587. Efeito da inscrição .....	545
Art. 1.137	
588. Equiparação da sociedade estran- geira à nacional .....	546
589. Nome empresarial .....	547
590. Jurisdição brasileira .....	547
Art. 1.138	
591. Representante permanente no Brasil .....	548
592. O ato de nomeação .....	548
593. Duas representações distintas ....	549
594. Representação de sociedade sócia de sociedade brasileira .....	549
Art. 1.139	
595. Reforma estatutária ou contratual .	551
596. O pedido de aprovação das altera- ções estatutárias ou contratuais .	551
Art. 1.140	
597. Divulgação de informações rele- vantes .....	552
598. Sanção pelo não cumprimento da regra .....	553
Art. 1.141	
599. Mudança de nacionalidade .....	554
600. Procedimento para obtenção da nacionalidade brasileira .....	554
601. Ato concessivo, publicações e re- gistro .....	555

### TÍTULO III DO ESTABELECIMENTO

#### Capítulo Único DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1.142	
602. Escorço histórico .....	557
603. Conceito de estabelecimento .....	558
604. Distinções .....	559
605. Os bens que compõem o estabelecimento .....	560
606. Ponto comercial .....	560
607. Bens imóveis .....	562
608. Contratos, créditos e dívidas .....	563
609. Direitos de propriedade industrial .....	563
610. Programas de computação .....	564
611. Cultivares .....	565
612. Aviamento .....	566
613. Clientela .....	567
Art. 1.143	
614. Natureza jurídica do estabelecimento .....	568
615. O estabelecimento como bem distinto dos que o integram .....	569
616. Diversos estabelecimentos .....	570
617. Objeto unitário de direitos ou de negócios jurídicos .....	570
Art. 1.144	
618. Averbação de contratos que versem sobre o estabelecimento .....	572
619. Publicação .....	573
Art. 1.145	
620. A alienação do estabelecimento .....	574
621. Condições para a eficácia do negócio jurídico de alienação .....	575
622. O consentimento dos credores ...	576
623. Alienação da exploração do estabelecimento .....	578
Art. 1.146	
624. Determinação do passivo quando assumido pelo adquirente .....	578

625. Garantia dos credores .....	579
Art. 1.147	
626. Proibição de concorrência .....	580
627. Estabelecimento de não empresário .....	581
628. Aplicação do princípio da boa-fé na interpretação .....	581
629. Proibição em caso de arrendamento e de usufruto .....	582
630. Conseqüências da violação da proibição .....	582
Art. 1.148	
631. A sub-rogação nos contratos de exploração do estabelecimento ..	583
632. Contratos de caráter pessoal .....	584
633. Possibilidade de rescisão contratual .....	585
Art. 1.149	
634. Direitos de crédito cedidos com o estabelecimento .....	585
635. Eficácia contra o devedor .....	586

### TÍTULO IV DOS INSTITUTOS COMPLEMENTARES

#### Capítulo I DO REGISTRO

Art. 1.150	
636. A dualidade de registros .....	587
637. Necessidade de sistematização da matéria .....	588
638. Registro Civil de Pessoas Jurídicas .....	589
639. O Registro Público de Empresas Mercantis: antecedentes e referências legislativas .....	590
640. Estrutura do Registro Público de Empresas Mercantis .....	591
641. Finalidade e efeitos do registro ...	592
Art. 1.151	
642. Atos e fatos abrangidos pelo registro .....	593

643. A inscrição .....	594	664. O nome das demais pessoas jurídicas .....	612
644. A matrícula .....	595	Art. 1.156	
645. O arquivamento .....	595	665. Conceito e características da firma individual .....	613
646. A averbação .....	596	666. Firma individual e pessoa jurídica	614
647. A autenticação .....	597	Art. 1.157	
648. O assentamento de usos .....	598	667. Firma ou razão social .....	615
649. As pessoas incumbidas de levar os atos a registro .....	598	668. Composição da firma social .....	616
650. Prazo para a apresentação a registro e consequência do descumprimento .....	599	669. Ônus para o sócio cujo nome figura na firma social .....	618
Art. 1.152		Art. 1.158	
651. Verificação da regularidade das publicações .....	600	670. O nome empresarial da sociedade limitada .....	618
652. Publicações vinculadas ao regime do empresário e das sociedades (empresárias e simples) .....	601	671. A firma ou razão social .....	619
Art. 1.153		672. A denominação social .....	619
653. Condições para a efetivação do registro .....	602	673. A expressão "limitada" na identificação do tipo societário .....	621
654. Suprimento de irregularidades ...	604	Art. 1.159	
Art. 1.154		674. Denominação da sociedade cooperativa .....	621
655. Efeitos do registro quanto a terceiros .....	605	Art. 1.160	
656. Validade e eficácia do ato suscetível de registro .....	605	675. O nome empresarial da sociedade anônima .....	622
<b>Capítulo II</b>		676. Modo de compor a denominação social .....	623
<b>DO NOME EMPRESARIAL</b>		677. Denominação com nome de pessoa natural .....	624
Art. 1.155		Art. 1.161	
657. O nome como identificador do agente econômico .....	607	678. A firma ou razão social da sociedade em comandita por ações .....	625
658. Desenvolvimento da noção de nome empresarial .....	607	679. A denominação da sociedade em comandita por ações .....	626
659. Conceito de nome empresarial e distinções .....	609	Art. 1.162	
660. Espécies de nome empresarial ....	609	680. Sociedade sem nome .....	627
661. Princípios que orientam a composição do nome empresarial .....	609	Art. 1.163	
662. Proibições .....	610	681. Princípio da novidade ou da originalidade do nome empresarial ....	628
663. Natureza jurídica do nome empresarial .....	611	682. Soluções para nomes empresariais idênticos ou semelhantes .....	629

683. Âmbito de controle da identidade ou semelhança de nomes empresariais .....	630
684. Aplicação da regra às demais pessoas jurídicas de direito privado .	630
Art. 1.164	
685. A questão da inalienabilidade do nome comercial .....	631
686. A alienação do estabelecimento com o nome do seu titular .....	634
Art. 1.165	
687. Alteração da razão social pela observância do princípio da veracidade .....	635
Art. 1.166	
688. Proteção ao nome empresarial ...	637
689. Extensão da proteção administrativa para além das fronteiras estaduais .....	639
690. O problema do uso exclusivo do nome das demais pessoas jurídicas de direito privado .....	639
Art. 1.167	
691. A defesa do direito de uso do nome empresarial .....	640
Art. 1.168	
692. A figura do cancelamento do registro do nome empresarial .....	642
693. A cessação do exercício da atividade .....	643
694. Desnecessidade de liquidação da sociedade para o cancelamento do nome empresarial .....	644
695. Outros casos de perda do direito ao nome empresarial .....	644

### Capítulo III DOS PREPOSTOS

#### Seção I Disposições gerais

Art. 1.169	
696. A figura do preposto .....	646

697. A organização do trabalho na empresa .....	648
698. A substituição do preposto em suas funções .....	649
Art. 1.170	
699. Negociação por conta própria ou de terceiro .....	650
700. Cláusula de não concorrência ....	651
701. Não concorrência após o término da preposição .....	651
702. Forma e conteúdo da autorização	652
703. Reparação de prejuízos e retenção dos lucros da operação .....	652
Art. 1.171	
704. Preposto com representação .....	653
705. Prazo para reclamação .....	654

#### Seção II Do gerente

Art. 1.172	
706. Conceito e distinções .....	655
707. Nomeação e destituição do gerente	656
708. Dois ou mais gerentes e extensão da representação .....	656
Art. 1.173	
709. Representação do empresário pelo gerente .....	657
710. Dois ou mais gerentes e distribuição das atribuições .....	658
711. Responsabilidade dos gerentes ...	658
Art. 1.174	
712. Limitação aos poderes do gerente	659
713. As restrições perante a clientela .	661
714. Modificação e revogação de poderes .....	661
Art. 1.175	
715. A prática de estranhos à gerência	661
716. Atuação em nome pessoal e em proveito do empresário .....	662

717. Atuação em nome e em proveito pessoal .....	662
Art. 1.176	
718. Poderes de representação judicial do gerente .....	663
719. Poderes para a propositura de ações .....	663
720. Poderes mais amplos para receber citação .....	664
721. Representação de empresário estrangeiro .....	664

### Seção III

#### Do contabilista e outros auxiliares

Art. 1.177	
722. O contabilista .....	665
723. Responsabilidade objetiva do empresário pelos atos do contabilista e de seus auxiliares .....	666
724. Responsabilidade objetiva do empresário pelos atos de seus demais prepostos .....	667
Art. 1.178	
725. Atos de prepostos praticados no estabelecimento do empresário ..	668
726. Atos de prepostos que atuam fora do estabelecimento do preponente ..	669
727. Comprovação dos poderes escritos para atuação externa .....	669

### Capítulo IV DA ESCRITURAÇÃO

Art. 1.179	
728. Antecedentes .....	670
729. A escrituração .....	671
730. Balanço patrimonial e de resultado econômico .....	672
731. Livros de escrituração .....	673
732. Outros livros obrigatórios .....	674
733. Livros fiscais .....	674
734. O pequeno empresário, os microempresários e os empresários de pequeno porte .....	675

Art. 1.180	
735. Obrigatoriedade de uso do Livro Diário .....	676
736. Escrituração mecanizada ou eletrônica .....	676
737. Livro para feitura dos balanços ...	678
Art. 1.181	
738. A autenticação dos instrumentos de escrituração .....	680
739. Autenticação só para empresários regularmente inscritos .....	681
Art. 1.182	
740. Contabilista legalmente habilitado .....	681
741. Escrituração pelo próprio empresário .....	682
Art. 1.183	
742. Normas a seguir na escrituração ..	682
743. Uso de código de números ou de abreviaturas .....	683
Art. 1.184	
744. Conteúdo e modo de preencher o Livro Diário .....	684
745. Escrituração resumida .....	684
746. Lançamento de balanços no Diário .....	685
Art. 1.185	
747. O Livro de Balancetes Diários e Balanços .....	686
Art. 1.186	
748. Conteúdo do Livro de Balancetes Diários e Balanços e modo de escrituração .....	687
Art. 1.187	
749. O inventário .....	689
750. Bens destinados à exploração da atividade .....	690
751. Valor dos estoques e da matéria prima .....	690
752. Valor das participações societárias e de outros valores mobiliários ...	691
753. Valor dos créditos a receber .....	691

754. Outros valores que podem figurar no ativo .....	692	764. Exibição parcial .....	703
Art. 1.188		765. Local da exibição .....	703
755. Conteúdo do balanço patrimonial .....	692	Art. 1.192	
756. Informações do balanço quanto a coligações .....	693	766. O descumprimento da ordem de exibição .....	704
Art. 1.189		767. A sanção para a recusa de exibição integral .....	705
757. Conteúdo do balanço de resultado econômico .....	695	768. A sanção para a recusa de exibição parcial .....	706
758. O lucro e sua destinação .....	696	Art. 1.193	
Art. 1.190		769. Exibição dos instrumentos de escrituração às autoridades tributárias .....	706
759. O princípio da inviolabilidade da escrituração mercantil .....	697	Art. 1.194	
760. Respeito ao princípio por qualquer autoridade .....	698	770. Obrigação de guarda e conservação dos documentos de escrituração .....	707
Art. 1.191		771. A perda dos instrumentos de escrituração .....	708
761. Função probatória dos instrumentos de escrituração do empresário .....	699	Art. 1.195	
762. Uma questão de ordem prática ...	700	772. As contas da sociedade estrangeira com estabelecimento brasileiro ..	709
763. Exibição total dos livros do empresário .....	701	BIBLIOGRAFIA .....	711